

# Da história do Instituto Português de Heráldica

## Introdução

A ideia de ser criada uma associação para congregar os esforços e dar a conhecer os resultados dos que se dedicam aos estudos das ciências da genealogia e da heráldica teve diversas fases.

Talvez a mais antiga tentativa seja a assembleia geral realizada em 9 de Março de 1901, na Associação dos Arqueólogos Portugueses onde foi deliberado criar uma secção, para a genealogia e heráldica, constituída pelos sócios Visconde de Sanches de Baena, Conde de Valenças, Visconde de São Bartolomeu de Messines e José Joaquim d'Ascensão Valdez. Esta tentativa foi infrutífera.

Em 4 de Abril de 1910, na mesma Associação dos Arqueólogos Portugueses, reúne-se pela primeira vez a Secção de Heráldica e Genealogia, com os seguintes membros:

— Conde de Sabugosa, Guilherme Luís dos Santos Ferreira, Luís Filipe de Freitas Andrade Albuquerque de Bettencourt, Dr. Alberto de Azevedo Leme Pinto e Melo, Francisco Nogueira de Brito, Jacinto d'Andrade de Albuquerque de Bettencourt, Gustavo de Matos Sequeira e Afonso Dornelas <sup>1</sup>.

Os resultados, como se sabe, foram excelentes, pois resultou começar-se a normalizar a heráldica municipal. Mas com o tempo e por motivos que não vêm a propósito, esta Comissão, que

---

<sup>1</sup> DORNELAS, Afonso de — «A Fundação do Instituto Português de Heráldica». *Armas e Troféus*. Instituto Português de Heráldica. 2.ª Série, 4(1), Jan.-Mar., 1963, p. 5.

tanto brilho deu sempre à A.A.P., viu-se transformada em Sub-Secção, se bem que continue a trabalhar no seu específico campo.

Em Março de 1918, um grupo de pessoas, composto por: Conde de Avilez, Visconde de São Bartolomeu de Messines e José Augusto do Amaral Frazão de Vasconcelos, fundam, em Lisboa, a Academia Heráldica Portuguesa. A este grupo inicial juntar-se-iam, meses depois, mais os seguintes: Visconde de Faria, Dr. Francisco Canavarro de Valadares, José de Azevedo e Meneses Cardoso Barreto e José Gomes da Silva e Matos Sousa Cardoso<sup>2</sup>.

Elaborado o projecto de estatuto pelo Dr. Francisco Canavarro de Valadares, e uma vez aprovado foi publicado em 1919<sup>3</sup>. Nestes «Estatutos», no seu artigo 5, declara-se expressamente que o órgão daquela Academia seria o «Archivo Nobiliarchico Portuguez», que, nessa altura, já ia no número 1(10). Maio.1919.

Chegou a revista ao número 2(2).Jan.1920 e não se publicaram mais nenhuns exemplares. Também não há conhecimento da sobrevivência da referida Academia, no plano de realizações.

As tentativas continuariam e, assim, em 29 de Julho de 1924, é fundado o Conselho Nobiliárquico Português, com os seguintes membros:

— Afonso Dornelas, Conde de São Paio, Dr. António Pedro Maria da Luz São Paio Melo e Castro, José Augusto do Amaral Frazão de Vasconcelos, Jacinto d'Andrade Albuquerque de Bettencourt, D. José Manuel de Noronha e Brito de Meneses Alarcão e Luís Filipe de Freitas d'Andrade Albuquerque de Bettencourt.

O seu estatuto foi publicado em 1925<sup>4</sup>. E no seu artigo 2, especifica que «procurará manter permanentemente em publi-

---

<sup>2</sup> VASCONCELOS, José do Amaral Frazão de — *Archivo Heraldico Portuguez*. Academia Heraldica Portuguesa. Lisboa. 1(10), Maio, 1919, pp. 15-16.

<sup>3</sup> ACADEMIA PORTUGUESA DE HERALDICA. «Estatutos». Lisboa, AHP, 1919. Contudo, houvera primeiro uma pagela denominada: «Academia Heraldica Portuguesa. Bases Estatutárias». Lisboa, s.d.

<sup>4</sup> CONSELHO NOBILIARCHICO DE PORTUGAL. «Estatutos». *Archivo Nobiliarchico de Portugal*. Lisboa. 1.º volume, 1925, pp. 11-14.

cação uma obra por volumes com o título «Archivo do Conselho Nobiliarchico de Portugal», ...». De facto, em 1926, é publicado o 2.º volume e em 1928 saiu o 3.º e último volume.

O curioso desta associação foi ter conseguido publicar as suas actas. As primeira e segunda actas vieram publicadas no primeiro volume do seu «Archivo...». A terceira apareceu no segundo volume, e no terceiro e último já não aparece nenhuma acta. Ficou-se, contudo, a saber que, na terceira sessão, tinham entrado para sócios correspondentes o Conde de Azevedo, Dr. Álvaro Leme Pinto e Melo d'Azevedo e Meneses, José de Sousa Machado e o Dr. Eduardo de Campos de Castro d'Azevedo Soares.

Foram, portanto, estas as tentativas feitas por uma série de pessoas, ao longo de um quarto de século, que tentaram em Portugal criar uma associação cultural orientada para os estudos genealógicos e heráldicos.

Apesar de terem até revistas a publicarem os seus trabalhos, nenhuma das associações se conseguiu manter. Porquê?

Talvez por terem surgido antes de tempo e as condições sócio-culturais ainda não terem um campo apto ao seu desenvolvimento. Uma só conseguiu sobreviver, a Secção de Heráldica e Genealogia da Associação dos Arqueólogos Portugueses, mas num campo bem específico, como é o da heráldica municipal.

### **Um pouco de história**

Foi criado no primeiro dia do mês de Julho de 1929 o Instituto Português de Heráldica (I.P.H.), vindo os seus Estatutos a serem oficialmente aprovados em 6 de Junho de 1930<sup>5</sup>.

Na primeira fase teve o I.P.H. a sua sede numa dependência do palácio do Conde de Óbidos. E, com o decorrer do tempo, a sua sede passou, a título provisório, para o Museu do Convento do Carmo, pertença da Associação dos Arqueólogos Portugueses, onde ainda hoje reúne regularmente, ao terceiro sábado de cada mês, durante o ano académico.

---

<sup>5</sup> Foram publicados na cidade de Lisboa, em 1931, e impressos no Centro Tipográfico Colonial.

Pode-se considerar até ao presente que, na história do I.P.H., houve algumas fases bem distintas:

A primeira, que vai do seu arranque até à morte do sócio efectivo n.º 1 — Afonso Dornelas — ocorrida em Lisboa em 1944. A fase seguinte, a segunda, portanto, vem a terminar em 1958. A seguir a esta fase, dá-se um desenvolvimento e começa a notar-se uma dinâmica cada vez maior e mais diferenciada até 1974. A partir desta data, a vida da instituição começou a entrar numa fase de grande maturidade académica e de expansão cultural.

#### A PRIMEIRA FASE (1929-1944)

No dia um de Julho de 1929 reuniram-se, sob a presidência de Afonso de Dornelas, o Dr. António Pedro Maria da Luz São Paio Melo e Castro, Conde de São Paio, e Augusto Cardoso Pinto, tendo os três formado um núcleo inicial, que criará os estatutos duma associação<sup>6</sup> com o «desejo de produzir, mas produzir cientificamente, produzir com método e com ordem»<sup>7</sup>, trabalhos de heráldica e genealogia.

Estava pois fundado o Instituto Português de Heráldica.

Em 20 de Agosto de 1929 é deliberado que a comissão fundadora participasse no Congresso Internacional de Ciências Heráldicas e Genealógicas, que se ia realizar em Novembro de 1929, em Barcelona e que os três membros estivessem presentes no Congresso.

Afonso Dornelas apresentaria uma comunicação intitulada «Origens e desenvolvimento de heráldica portuguesa»<sup>8</sup>.

O Conde de São Paio apresentaria, «A heráldica portuguesa. Leve bosquejo de sua história, sua arte, sua jurisprudência, sua cultura»<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> INSTITUTO PORTUGUÊS DE HERÁLDICA. «Boletim», I.P.H. Lisboa. 1(1), 1932, p. 9.

<sup>7</sup> DORNELAS, Afonso de — «A fundação do Instituto Português de Heráldica». *Armas e Troféus*. I.P.H. Lisboa. 2.ª Série, 4(1), Jan.-Mar. 1963, p. 7.

<sup>8</sup> INSTITUTO HERÁLDICO-GENEALÓGICO. *Revista*. I.H.G. São Paulo. 4-5(8), 1940-1941, pp. 214-230.

<sup>9</sup> Idem, *op. cit.*, pp. 246-263 e, também in: *Colectânea das Comunicações*, tomo I, p. 123. Companhia Ibero-Americana de Publicaciones.

Augusto Cardoso Pinto fez um trabalho intitulado «O guião da divisa de D. Afonso V»<sup>10</sup>, que, por doença, não lhe foi possível apresentar<sup>11</sup>.

Foi, portanto, esta participação no referido Congresso a primeira manifestação cultural e pública da existência do Instituto Português de Heráldica.

Durante o ano de 1930, vai aquela Comissão, ou mais propriamente, o seu Presidente, Afonso Dornelas, tentar fazer aprovar oficialmente o projecto do Estatuto.

A primeira tentativa falhou. Conta o próprio, que formulara «uns estatutos muito complicados, muito completos no meu entender, ... .. prevendo os maiores e os mais insignificantes casos». E, mais adiante, acrescentaria: «Informe-me no mesmo Ministério e logo percebi que seria um caso muito complicado conseguir tal organização. Desisti»<sup>12</sup>.

Mas na quinta acta, de 6 de Maio de 1930, informa-nos mais, que o problema do distintivo-insígnia estava a retardar o despacho final, pois aquele caso fora enviado à Chancelaria das Ordens Militares para dar o seu parecer, e não se sabia quando a Chancelaria reuniria<sup>13</sup>.

E, assim, desiste-se do distintivo-insígnia, e simplifica-se o projecto do estatuto; já não poderia haver a possibilidade de confundir-se o distintivo-insígnia com uma condecoração.

Finalmente os «Estatutos» são aprovados oficialmente em 6 de Junho de 1930<sup>14</sup>. E nas sessões de 2 de Dezembro de 1930 e 6 de Janeiro de 1931, é criado o símbolo da instituição: — a pomba branca carregada com as quinas e a bandeira, tal como

---

<sup>10</sup> PINTO, Augusto Cardoso — «O guião de D. Afonso V». *Armas e Troféus*. Instituto Português de Heráldica. Lisboa. 1.<sup>a</sup> Série, 1932-1936, pp. 92-100.

<sup>11</sup> INSTITUTO PORTUGUÊS DE HERÁLDICA. *Boletim*. I.P.H. Lisboa. 1(1), 1932, p. 11.

<sup>12</sup> DORNELAS, Afonso de — *op. cit.*, p. 7.

<sup>13</sup> INSTITUTO PORTUGUÊS DE HERÁLDICA — *op. cit.*, p. 13.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

se lê nas Actas 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> 15. Nesta sequência foi superiormente oficiado, a fim de se alterarem os Estatutos 16.

Em 1931 são, finalmente, publicados os primeiros «Estatutos» do Instituto Português de Heráldica 17. Contudo, já na sessão de 6 de Janeiro de 1931, (Acta n.º 10) são convidadas dezasete pessoas para pertencerem ao Instituto. São, portanto, estas vinte pessoas que fazem o grupo organizador do Instituto Português de Heráldica, sem o que não era possível existir, segundo os «Estatutos» aprovados 18:

*Grupo inicial* : Afonso Dornelas (n.º 1), Conde de São Paio (n.º 2) e Augusto Cardoso Pinto (n.º 3).

*Grupo posterior*: Dr. Amadeu de Castro Pereira e Solla, Conde de Castro e Solla (n.º 4); António Machado de Faria de Pina Cabral (n.º 5); Dr. Carlos Manuel de Penha e Costa da Silva Lopes (n.º 6); Jacinto de Andrade Albuquerque Bettencourt (n.º 7); Luís Filipe de Freitas de Andrade de Albuquerque Bettencourt (n.º 8); Pedro Tovar de Lemos, Conde de Tovar (n.º 9); D. Tomás de Almeida Manuel de Vilhena, Conde de Vila Flor (n.º 10); Adolfo Talone da Costa e Silva, Conde da Folgosa (n.º 11); Dr. António Simões Baião (n.º 12); Ten-Coronel Augusto Botelho da Costa Veiga (n.º 13); José Augusto do Amaral Frazão de Vasconcelos (n.º 14); D. José Manuel de Noronha e Brito Meneses Alarcão, Conde dos Arcos (n.º 15); José de Melo, Conde de Sabugosa (n.º 16); José Pedro de Sal-

---

15 Idem, pp. 14 e 15. E, também: SÃO PAIO, Marquês de — «O Nosso Emblema». *Armas e Troféus*. Instituto Português de Heráldica. Lisboa. 2.ª Séie, 1(1), Set.-Dez., 1959, p. 9.

16 Idem, pp. 15-16 — Acta 9.<sup>a</sup>

17 Idem, pp. 18-23. E, em separado, em 1931. Vide nota 5.

18 Idem, pp. 16-17.

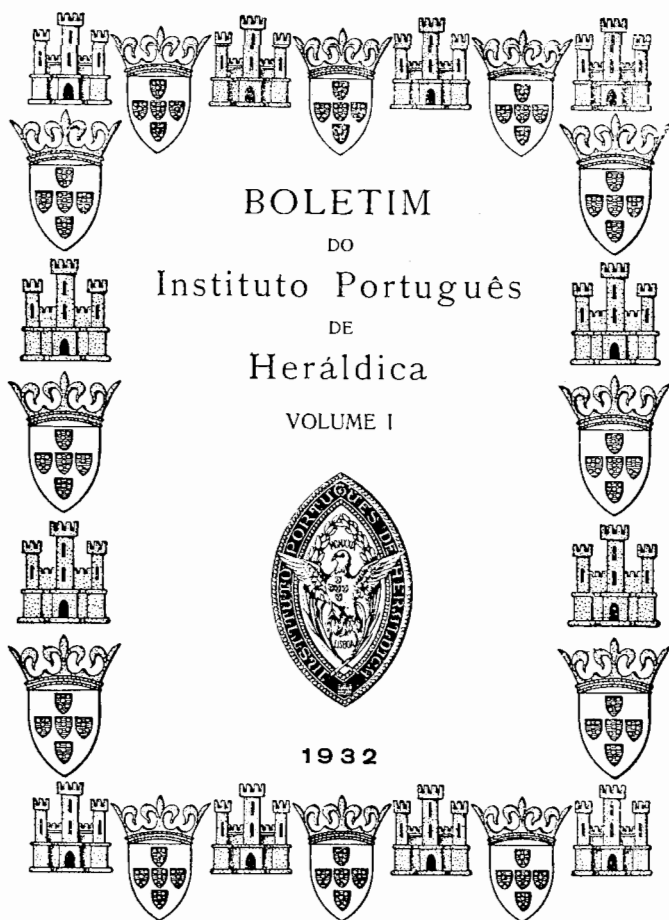


Fig. 1

danha Oliveira e Sousa, Conde de Azinhaga (n.º 17); José de Sucena, Conde de Sucena (n.º 18); Salvador Correia de Sá, Visconde de Asseca (n.º 19); Doutor D. Tomás de Melo Breyner, Conde de Mafra (n.º 20).

É esta a origem do número limitado a vinte sócios efectivos e dos seus respectivos números. Esta ordem é dada, pela sequência em que foram convidados e estão escritos na Acta n.º 10 (26-I-1931), para além do núcleo fundador, dos três membros.

No dia 5 de Março de 1931 reuniu-se pela primeira vez o Conselho Director do Instituto Português de Heráldica e, nessa sessão, decidiram criar as duas publicações<sup>19</sup>:

— «BOLETIM»<sup>20</sup>: O seu primeiro número foi publicado em 1932.

— «ARMAS E TROFÉUS. Revista de História e de Arte». O único número, da 1.ª Série, começou a ser distribuído em fascículos em Fevereiro de 1932, e nesse mesmo ano foi a revista premiada com a medalha de Ouro, na Grande Exposição Industrial Portuguesa.

E, ainda nessa sessão, convidaram-se vinte pessoas, para serem os primeiros sócios correspondentes<sup>21</sup>:

Dr. Álvaro de Azevedo Leme Pinto e Melo, Armando de Matos, Conde de Azevedo, Conde da Borralha, Duque de Lafões, Dr. Eduardo de Campos de Castro Azevedo Soares, Dr. Eugénio de Castro, General Francisco de Lacerda Machado, Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, João de Vilanova de Vasconcelos Correia de Barros, Dr. José de Mancelos Sampaio, José

---

<sup>19</sup> Idem, pp. 26 e 27.

<sup>20</sup> É curioso assinalar que a primeira vez que o Instituto Português de Heráldica surge referenciado, apenas com as iniciais, é nesta publicação, nas pp. 29, 30 e 31. Só dezenas de anos depois tal utilização voltaria a ser praticada regularmente. Vide nota 11.

<sup>21</sup> Idem, p. 26.



Mendes da Cunha Saraiva, Dr. José de Sousa Machado, Marquês de Ciadoncha, Marquês de Faria, Marquês de Jácome Correia, Marquês del Saltillo, Dr. Possidónio Mateus Laranjo Coelho, Dr. Vasco Valente e Visconde de Santarém.

Também foi nessa mesma sessão, que se elegeram os sócios de número, para os cargos directivos, tendo assim ficado preenchidos<sup>22</sup>:

*Conselho Director do Instituto Português de Heráldica* — Presidente, Conde de Vila Flor; Chanceler, Afonso de Dornelas; Secretário Geral, Conde de São Paio; Conservador-Bibliotecário, Augusto Cardoso Pinto; Tesoureiro, António Machado de Faria de Pina Cabral; Vogais, os restantes sócios de número.

*Chancelaria do Instituto Português de Heráldica*<sup>23</sup> — O Chanceler, o Secretário Geral e o Conservador-Bibliotecário.

*Comissão Redactora*<sup>24</sup> — Afonso de Dornelas, Conde de São Paio e Augusto Cardoso Pinto.

Estavam portanto lançadas as estruturas necessárias, para uma associação cultural portuguesa, dedicada fundamentalmente às ciências genealógicas e heráldicas, poder sobreviver.

Vão assim, para além das comunicações que iam fazendo nas sessões da instituição, surgir publicações sob o patrocínio do Instituto, das quais a primeira e, por isso se assinala, foi:

Carlos F. de Figueiredo VALENTE — «Documentos e Genealogias». Lisboa. Instituto Português de Heráldica. 1931.

Contudo, a morte do Conde de Vila Flor em 1932, Presidente do Conselho Director do I.P.H. e, no ano seguinte, a morte do Conde de Mafra, para além do afastamento da capital do Conde de Sucena, fez esmorecer a instituição.

Foi graças à dinâmica iniciativa de Augusto Cardoso Pinto e Luís de Bivar Guerra, apoiada pelo Marquês de São Paio, que

---

<sup>22</sup> Idem, p. 25.

<sup>23</sup> INSTITUTO PORTUGUÊS DE HERÁLDICA. «Proposição». *Armas e Troféus*. I.P.H. Lisboa. 1.<sup>a</sup> Série, vol. I, 1932-1936, p. 7.

<sup>24</sup> Idem, p. 3.

a crise passou. estes combinaram uma nova estratégia de actuação, ficando numa posição de menor actividade o fundador Afonso de Dornelas, a seu próprio pedido.

Este ciclo ou, primeira fase, termina com a morte do seu sócio efectivo n.º 1, Afonso de Dornelas, em 1944.

A sua força dinamizadora, que tanto contribuíra para a criação e existência do Instituto, nos seus últimos tempos de vida, estava a ser encaminhada mais, para a benemérita organização internacional da Cruz Vermelha. Talvez fosse por esse facto que resultava um esmorecimento no I.P.H., comparando-se com os primeiros anos da sua existência.

Levantou-se a seguir um problema, perante a situação de se não ter local para se reunirem os membros do I.P.H.: não havia sede.

Foi o Marquês de São Paio, que solicitando o auxílio dos seus parentes Marquês de Rio Maior e Conde de Azinhaga, e este, até sócio efectivo de número do I.P.H., sugeriu a possibilidade das próximas reuniões serem no palácio da Anunciada, como veio a ser aceite.

E foi nessa reunião que, por unanimidade, o Marquês de São Paio foi eleito Presidente do Conselho Director da instituição, cargo esse que exerceu ininterruptamente<sup>25</sup>, até à morte.

#### A SEGUNDA FASE (1945-1957)

Com a morte do fundador do Instituto, ocorrida em Lisboa no ano de 1944, dá-se um acontecimento que é natural em circunstâncias similares: um afrouchamento do dinamismo que a instituição tinha.

Para isso também contribuiu o período de guerras na Europa, que se atravessava, desde 1936 a 1945.

É, talvez o período mais obscuro, em matéria de realizações do I.P.H., sob a óptica cultural e académica. Se bem que a partir de 1955 as reuniões mensais do ano académico se voltassem a

---

<sup>25</sup> GUERRA, Luís de Bivar — «Palavras proferidas pelo Chanceler do I.P.H. na sessão de 18 de Novembro de 1978». *Armas e Troféus*. Instituto Português de Heráldica. Lisboa. 3.ª Série, 7(2-3), p. 313.

efectivar regularmente. Esse facto está directamente ligado com um acontecimento internacional:

Terminado o doloroso período das guerras europeias, o Conselho Director verificou que havia necessidade de preencher as vagas de sócios efectivos de número, pois a morte ou o afastamento de muitos dos fundadores daquele grémio cultural não permitia desenvolver-se a vida normal da instituição.

Em 1949, na célebre sessão extraordinária de 8 de Dezembro, os lugares vagos n.ºs 1, 5, 9, 10, 14, 15, 16, 18, 19 e 20 são ocupados respectivamente por: Armando Sacadura Falcão, Manuel de Ornelas Bruges de Oliveira, Francisco Pereira do Lago, João de Sousa e Alvim, Gastão de Melo e Matos, Joaquim Henrique Castelino de Aguiar e Mira, Jorge Hofacker de Moser, José Augusto de Macedo Campos e Sousa e Luís de Bivar de Sousa Lião Pimentel Guerra.

Há aqui um pequeno pormenor, na história do preenchimento dessas vagas. A vaga na cadeira n.º 20, cujo fundador fora o Conde de Mafra, Doutor D. Tomás de Melo Breyner, foi expressamente solicitada pelo sócio corresponde Luís José de Bivar de Sousa Lião Pimentel Guerra. Alegou, na altura, que o fazia por ser grande amigo daquele ilustre médico e Professor universitário, e só com essa condição estaria interessado em mudar de situação, como associado.

Anos depois, na sessão extraordinária de 29 de Novembro de 1952 ascendiam à categoria de sócios honorários o Dr. António Simões Baião, o Ten.-Coronel Augusto Botelho da Costa Veiga e o Conde de Tovar, Pedro Tovar de Lemos. Deixavam estes sócios fundadores vagas, respectivamente, as cadeiras n.ºs 7, 8 e 17.

Quase um quarto de século depois da sua fundação, o Conselho Director elegeria os primeiros três sócios honorários que o Instituto Português de Heráldica teve.

A partir de 1955 as reuniões mensais, durante o ano académico, efectivam-se regularmente, mas sempre com uma assistência diminuta. Quantas vezes o número de presentes não alcançava a meia dúzia de sócios.

Apesar de todos os lugares estarem preenchidos, e o Presidente fazer os seus melhores esforços, para que as reuniões mensais tivessem um quorum aceitável, as ausências primavam.

Os associados preferiam juntar-se todas as tardes num café, em tertúlia de genealogistas e heraldistas.

Contudo um facto internacional viria a dar mais argumentos administrativo-culturais ao Presidente, para continuar a persistir nas reuniões mensais, mesmo com um número ínfimo de presenças.

Em 1955, realiza-se em Madrid o 3.º Congresso Internacional de Ciências Genealógicas e Heráldicas. O Instituto Português de Heráldica fez-se representar, pelo Presidente do seu Conselho Director, o Marquês de São Paio. Outros sócios do I.P.H. estiveram presentes e apresentaram comunicações, como foi o caso do Dr. Rui Dique Travassos Valdez cuja comunicação se intitulava, «*Quelques Notes Sur Des Particularités De L'Héraldique Des Familles Portugaises*»<sup>26</sup>.

Este acontecimento foi o verdadeiro despertar na vida cultural da instituição. Viria a fomentar um dinamismo de que ainda hoje se sente o seu impulso renovador.

O Instituto Português de Heráldica tinha, nesta altura, sessenta e quatro associados:

Sócios efectivos de número: treze

Sócios correspondentes: trinta e oito

Sócios correspondentes estrangeiros: treze.

A instituição não estaria morta, mas pouco poderia fazer com tão reduzido número de associados.

É ainda nesta fase que, pela primeira vez na instituição, foram admitidos sócios jovens: Francisco de Simas Alves de Azevedo, em Janeiro de 1954, e Miguel de Melo e Castro, em Fevereiro de 1957. Estes sócios viriam a licenciar-se, a ascenderem a sócios efectivos de número e a ocuparem cargos no Conselho Director do I.P.H. Este facto foi uma verdadeira revolução, pois o espírito de instituição fechada acabara e, a partir daí, iria entrar a chamada primeira vaga de «gente nova», naquela época.

---

<sup>26</sup> Instituto Internacional de Genealogia y Heráldica. Madrid. 1955. Há uma separata desta comunicação.

# ARMAS E TROFÉUS

REVISTA DE HISTÓRIA, HERÁLDICA, GENEALOGIA E ARTE



1959

TOMO I

SETEMBRO - DEZEMBRO

N.º 1

Fig. 2

A vida do Instituto continuava a existir, havia cultores, mas a sua projecção exterior era limitadíssima, pois apenas em círculos restritos, se tinha conhecimento da existência de tal associação cultural.

#### A TERCEIRA FASE (1958-1974)

É também um acontecimento internacional que vem a fazer sair da situação em que o I.P.H. se encontrava, mas já com um latejar dinâmico que deixava prever qualquer futuro acontecimento.

De 6 a 11 de Maio de 1958, realizou-se, em Bruxelas, o 4.º Congresso Internacional de Ciências Genealógicas e Heráldicas, ao qual estiveram presentes dois membros do Instituto: O Marquês de São Paio e o Dr. Domingos Araújo Afonso. O primeiro dos quais representando oficialmente a instituição.

Foi este acontecimento internacional que deu o sinal de arranque para a nova fase do I.P.H.

De tal forma se nota esse facto que já naquele mesmo ano de 1958 é publicado um livro<sup>27</sup>, onde se lê o seguinte: «Edição patrocinada pelo Instituto Português de Heráldica».

Tinha começado uma verdadeira e fecunda reactivação da instituição.

Em 1959, surge a revista *Armas e Troféus*, na sua 2.ª série.

Pode-se considerar que é a partir daquele acontecimento editorial que a instituição começa novamente a expandir-se com um dinamismo que estava, muito possivelmente, para além das previsões dos seus sessenta e cinco membros que existiam naquela altura e nunca será demais lembrá-los.

Sócios efectivos, pela ordem do número da cadeira ocupadas naquela altura:

1 — Gastão de Melo e Matos (†), 2 — Dr. António Pedro Maria da Luz São Paio Melo e Castro, Marquês de São Paio (†), 3 — Augusto Cardoso Pinto (†), 4 — Manuel Rosado Marques de Camões e Vasconcelos (†), 5 — João Carlos Camossa de Saldanha,

---

<sup>27</sup> VELHO, António José Vas — *Tesouro Heráldico de Portugal*. Lisboa. Gabinete de Estudos Heráldicos e Genealógicos, 1958.

6 — Dr. Francisco de Simas Alves de Azevedo, 7 — Joaquim Henrique Castelino de Aguiar e Mira (†), 12 — Manuel de Ornelas Bruges de Oliveira (†), 13 — Dr. António Pedro de Sousa Leite (†), 14 — Dr. Miguel de Melo e Castro, 15 — João da Costa Lopes (†), 16 — Ten.-Coronel José Augusto de Macedo de Campos e Sousa (†), 17 — Eng.º Agr.º José Pedro de Saldanha Oliveira e Sousa, Conde de Azinhaga, 19 — Francisco Pereira do Lago Cruz, 20 — Luís José de Bivar de Sousa Lião Pimentel Guerra (†)<sup>28</sup>.

Sócios correspondentes (portugueses): Luciano Ribeiro (†), Dr. Possidónio Mateus Laranjo Coelho, Doutor Mário Tavares Chicó (†), Eng.º António Pais de Sande e Castro, Dr. Eugénio de Andréa da Cunha e Freitas, Dr. Carlos Manuel da Penha e Costa da Silva Lopes (†), Dr. Carlos Lobo de Oliveira (†), Jorge Faro, José Mendes da Cunha Saraiva, Manuel Francisco de Barros Saldanha da Gama de Sousa da Mesquita Leitão e Carvalhosa (Visconde de Santarém) (†), Dr. Manuel de Gusmão de Mascarenhas Gaivão, Dr. José Pereira de Lima, Dr. Carlos Ary dos Santos, Dr. Domingos Araújo Afonso (†), Manuel de Sampaio da Cunha Pimentel Pereira Leitão, Doutor Nuno Daupias de Alcochete, Dr. Rui Dique Travassos Valdez (†), Dr. João Cabral do Nascimento, Dr. Henrique Leite Pereira de Paiva Távora e Cernache (Conde de Campo Belo), Jorge Alberto Hofacker de Moser (†), Dr. Franz Paul de Almeida Langhans, Dr. Manuel Óscar de Medeiros de Bettencourt Galvão, D. Miguel Luís António do Carmo de Noronha de Paiva Couceiro (Conde de Paraty), Heinrich Katzenstein, José Carlos de Ataíde Tavares Morais da Cunha Cabral, Dr. Júlio A. Teixeira, Marcelino Lima, D. José Cassiano Neves, Ten.-Coronel Armando Sacadura Falcão, Miguel de Melo e Castro, Manuel Costa Gaio Tavares de Almeida, Luís Stubbs Saldanha Monteiro Bandeira, Jorge Preto, Joaquim Trigueiros de Almeida Osório Vilhena Aragão (†), Hugo Moreira, Cap. José de Sepúlveda Veloso (†), Dr. João de Sousa e Alvim e Artur Vaz Osório da Nóbrega.

---

<sup>28</sup> As cadeiras n.ºs 8, 9, 10, 11 e 18 estavam vagas à altura.

Sócios correspondentes (estrangeiros) — treze pessoas. Infelizmente uns há que já não pertencem ao grupo dos que são vivos e, para quem os conheceu, que saudades dá, lembrá-los!

Para o crescimento rápido que se fez sentir, contribuíram de forma decisiva dois factores:

Primeiro, dois sócios, o Marquês de São Paio e o Dr. Domingos de Araújo Afonso resolveram tomar sobre si o encargo financeiro dos custos da publicação da revista periódica *Armas e Troféus*, a que atrás se referiu. O resultado de tal facto permitiu não só a publicação duma série de artigos dentro da especialidade, que hoje fazem a melhor colecção do género, como veio a permitir ao Instituto poder projectar-se para o exterior e não continuar a viver sobre si mesmo.

Segundo, em boa hora os contactos havidos no estrangeiro foram feitos, pois a instituição ficou federada no Instituto Internacional de Genealogia e Heráldica, de Madrid<sup>29</sup>, organização internacional da maior projecção nos campos daquelas ciências. E, sempre com a orientação de o Instituto estar presente nos fastos culturais afins, organizados no estrangeiro, o sócio José Augusto de Macedo Campos e Sousa foi, como representante do I.P.H., ao 9.º Congresso Internacional de Ciências Genealógicas e Heráldica realizado na cidade de Berna, de 1 a 6 de Julho de 1968, ao 10.º Congresso realizado em Viena em 1970 e ao 11.º Congresso, realizado em Liège de 29 de Maio a 2 de Junho de 1972.

No âmbito da política editorial começaram a aparecer publicações, separatas é certo, mas que com toda a dignidade indicavam como editor, o Instituto.

É mesmo de salientar que o *Anuário da Nobreza de Portugal*, de 1964, veio a ser editado pela instituição<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> SÃO PAIO, Marquês de — «O Instituto Português de Heráldica. Trinta anos de fundação». *Armas e Troféus*, H.P.H., Lisboa, 2.ª Série, 1(1). Set.-Dez., 1959, p. 8.

<sup>30</sup> Presidente da Comissão de Redacção, Dr. Rui Dique Travassos Valdez e D. Helena Correia de Barros Cardoso de Macedo e Meneses, e mais sete vogais: Ten.-Coronel Armando de Sacadura Falcão, Conde de Campo Belo, Dr. Domingos Araújo Afonso, Dr. Eugénio da Cunha Freitas, Joaquim Henrique Castelino de Aguiar e Mira, José Bernard Guedes Salgado e Luís Bivar Guerra.



A partir deste volume, o Instituto chamou a si esta obra, passando a ficar à sua responsabilidade a respectiva publicação<sup>31</sup>. Contudo, não se fez ressurgir a publicação denominada *Boletim do Instituto Português de Heráldica*<sup>32</sup>, nem os novos «Estatutos» a mencionam. Possivelmente, porque o órgão oficial da instituição passou a ser simultaneamente a revista *Armas e Troféus*. E a projecção cultural que a revista *Armas e Troféus* alcançou foi de tal forma grande que veio a ser galardoada com o prémio internacional Duchesne, em 17 de Abril de 1961.

Infelizmente nem tudo corria bem e uma grave crise veio a dar-se em 1967, ano em que a revista *Armas e Troféus* só apareceu com um único fascículo, o VIII. Problemas de ordem económica estavam a pôr em causa aquela publicação. Se a revista acabasse poderia ser para o Instituto um acontecimento extraordinariamente grave. Foi então que foram tomadas uma série de medidas administrativo-económicas, pela Comissão de Redacção, cujos frutos resultaram em pleno. As *Armas e Troféus* sobreviveram à sua primeira crise.

Em 1968, graças a uma política de entendimento e respeito mútuo, a Associação dos Arqueólogos Portugueses, que já há tantas dezenas de anos permitia que as reuniões da instituição se realizassem nas suas instalações, concede um subsídio ao I.P.H. A situação económica do Instituto não permitia aumentar o número de folhas aos exemplares da revista *Armas e Troféus*. O referido subsídio vem, nessa altura, possibilitar o aumento de páginas, que tão necessário era.

No seu número de Out.-Dez., IX (3), da 2.<sup>a</sup> Série, daquele ano, um pequeno papel anunciava e agradecia publicamente a oferta do referido subsídio. A revista a partir do seu n.º X (1), Jan.-Mar., 1969 passaria, na folha de rosto, a mencionar que era subsidiada pela Associação dos Arqueólogos Portugueses. E, assim foi até ao n.º II (2), Abr.-Jun., de 1973, 3.<sup>a</sup> Série, inclusivamente.

---

<sup>31</sup> INSTITUTO PORTUGUÊS DE HERÁLDICA — «Estatuto e Regulamento», I.P.H., Lisboa, 1974, p. 20, artigo 16.º (do regulamento interno).

<sup>32</sup> Vide nota 11.

Este subsídio termina bruscamente em 1973. Mas graças a um dos seus sócios, o Doutor Augusto de Ataíde Soares de Albergaria, obteve-se um outro subsídio, desta vez oferecido directamente pelo então Ministério da Educação Nacional. E, logo no seu n.º II (3), Out.-Dez., 1973, da 3.ª Série, a folha de rosto das *Armas e Troféus*, insere aquela oferta.

Este assunto, que poderia vir a pôr em causa o órgão do I.P.H., é de toda a importância, pois é a melhor e mais coerente forma que a instituição tem tido de se projectar no exterior. E, sob a óptica das ciências genealógicas e heráldicas, era a única revista especializada naquelas matérias, que se publicava em Portugal. É durante esta terceira fase que o Ministério dos Negócios Estrangeiros começa a dirigir-se sempre ao I.P.H. solicitando informações e esclarecimentos sobre armaria, heráldica e genealogia. Sem contudo o nomear seu consultor oficial, por a legislação em vigor no M.N.E. o não permitir, dirige-se-lhe oficialmente, utilizando-o como seu consultor oficioso. E, pela Portaria 722/72, de 14 de Dezembro de 1972, do Ministério da Marinha, aprovar o Regulamento de Heráldica da Armada, no seu artigo 40.º, n.º 4 constitui o I.P.H. consultor do Gabinete de Heráldica Naval.

São estes dois factos aqueles que, a nível oficial, mais relevantes se podem considerar, para a instituição neste período. Entretanto, em 1972, fora decidido iniciar-se a 3.ª Série daquela revista, para que os novos sócios pudessem ter, ao menos, a colecção completa duma série.

Se se fizer uma análise aos membros que começaram a entrar, verifica-se que, timidamente ao princípio, a entrada de jovens, como sócios, começou a realizar-se aumentando cada vez mais. Destes, os primeiros que entraram foram, como já se disse, Francisco de Simas Alves de Azevedo e Miguel de Melo e Castro<sup>33</sup>, ainda na década de cinquenta. Na década de sessenta seguem-se mais seis jovens membros e, pela primeira vez, dois destes novos sócios são senhoras: D. Maria Adelaide Cardoso

---

<sup>33</sup> CASTRO, Miguel de Melo e — *O Instituto Português de Heráldica*. Ocidente. Lisboa. n.º 62, 1962, pp. 103-111.



Fig. 3

Colar de Sócio do I.P.H.

de Meneses Pereira de Morais e a Dr.<sup>a</sup> D. Helena Maria Correia de Barros Cardoso de Macedo e Meneses. Na década de setenta a entrada de sócios jovens continua, mas como são pessoas cujo curriculum vitae não está ainda formado, resolveu-se criar uma nova classe de sócios. Ao princípio denominaram-se membros associados e, posteriormente sócios agregados.

A relevância deste facto, de a instituição permitir a entrada de sócios jovens, simultaneamente com outros já com maturidade cultural, deve-se a que durante muitos anos não entraram no Instituto novos membros. Mas o grave, é que se notou, entre aqueles que já tinham dado provas no campo das ciências gnealógicas e heráldica e os jovens que se estavam a admitir, um intervalo de idades, de vinte anos. Tal facto poderia representar uma forma altamente desenvolvida de elitismo, e assim a instituição estaria condenada a morrer.

A entrada, pois, de jovens, foi, possivelmente, a melhor maneira de assegurar a existência e dar continuidade ao Instituto.

Contudo, o seu crescimento, a partir principalmente do lançamento da revista *Armas e Troféus*, segunda série, com sócios de idades tão díspares, veio a criar uma série de tensões. Em termos de análise, só se pode concluir que a instituição vivia, e por isso mesmo, até tinha as suas crises. Mal é quando uma instituição as já não tem, pois é sinal que está morta. De facto, havia tensões que levavam um sócio de número a pedir a sua demissão em 1973. Mas se as tensões têm um aspecto aparentemente negativo, é graças a elas que se constrói e se resolvem certos problemas que, de uma outra maneira, não teriam possibilidades de solução.

Criou-se uma Comissão que elaborou um novo «Estatuto» e um «Regulamento» interno, que vieram a ser aprovados e publicados em 1974<sup>34</sup>. A referida Comissão fora constituída, pelos sócios efectivos de número: Dr. Franz Paul de Almeida Langhans, Luís José de Bivar de Sousa Lião Pimentel Guerra,

---

<sup>34</sup> INSTITUTO PORTUGUÊS DE HERÁLDICA — «Estatutos e Regulamentos». Lisboa, I.P.H., 1974.

Dr. António Pedro de Sá Alves Sameiro, Dr. Miguel de Melo e Castro e o Doutor Martim Duarte Corte-Real Albuquerque nas funções de Redactor. O primeiro «Estatuto», aprovado oficialmente em 1930 e, publicado em 1931<sup>35</sup> durara quarenta e quatro anos.

Terminava, assim, a terceira fase da vida do Instituto Português de Heráldica, e de tal forma o facto é sentido que, durante a fase final deste período, em 1971, ascende a sócio honorário o Dr. Domingos de Araújo Afonso, que passará posteriormente a sócio emérito, em 1974. Em 1972, ascende a sócio emérito o Doutor Augusto de Ataíde Soares de Albergaria e a sócios honorários Manuel Rosado Marques de Camões e Vasconcelos (†), , Dr. Rui Dique Travassos Valdez (†), e Abílio Pacheco Teixeira Rebelo de Carvalho (†).

O Instituto Português de Heráldica, tinha nessa altura cento e vinte e seis associados:

Sócios Eméritos: dois

Sócios Honorários: três

Sócios Efectivos de Número: vinte e três

Sócios correspondentes: quarenta e dois

Sócios correspondentes estrangeiros: vinte e cinco

Sócios agregados: trinta e um.

O terceiro período encerrava-se, escrito em folha de ouro.

A QUARTA FASE (1975- )

A transformação estrutural, motivada por uma nova dinâmica sócio-cultural, o aumento de sócios, principalmente de jovens, o crescimento em todo o sentido, resultando uma maior projecção no mundo da cultura, levou à criação do novo Estatuto e Regulamento interno do I.P.H. Mas como em tudo, a instituição, se vive bem vinculada ao seu ambiente sócio-cultural, também dele reflecte e recebe as crises, para além das suas próprias. Antes, contudo, de se avançar mais nestas notas sobre

---

<sup>35</sup> Vide nota 5.

o Instituto, convém lembrar que a bandeira do I.P.H.<sup>36</sup> fora modificada. As regras vexicológicas tinham ditado a sua sentença e, nos actuais «Estatutos», no artigo 4.º, n.º 2, vem bem explícita a «bandeira branca, com uma cruz...». O ciclo estava encerrado.

Os vinte sócios efectivos de número passam para trinta e os sócios correspondentes passam a ser limitados a cinquenta.

O «Estatuto» reflecte bem a preocupação de manter o alto nível cultural do conjunto de sócios criando «*numerus clausulus*» e, por outro lado, abrindo completamente as suas portas aos sócios agregados.

E até as quotas começam a ser pagas, assunto bem espectacular, pois, apesar de todas as tentativas, nunca tinham resultado. Está-se no limiar doutra época. É o ambiente do exterior e os novos sócios já a influenciarem a dinâmica da própria gestão do I.P.H., tão ciosamente reservada aos sócios efectivos de número. Aliás, até neste ponto se notam modificações, pois começam a ser chamados, para cargos administrativos do I.P.H., sócios correspondentes, como aconteceu no caso do cargo de Tesoureiro, ou então os sócios efectivos de número a ocuparem mais que um cargo.

Também as sessões mensais durante o ano académico nunca foram tão concorridas, havendo sempre os problemas de se irem buscar mais cadeiras. Comparando-se com a década de 60, em que todos os sócios que iam às sessões não chegavam para ocuparem os lugares, na larga mesa de reuniões, mostra que, culturalmente, está a haver uma maior difusão das ciências de heráldica e genealogia. Resta apenas saber interpretar esse fenómeno de vivência sócio-cultural, dentro do ambiente que os portugueses vivem. Veja-se por exemplo:

A segunda crise na revista *Armas e Troféus* surgiu e os problemas daí levantados foram bem grandes. Pela primeira vez não era só a falta de verbas que fazia atrasar a saída da revista. Um dos aspectos que tomou esta segunda crise da revista *Armas e Troféus*, foi ter-se deixado de receber o subsídio. Mas sabia-

---

<sup>36</sup> INSTITUTO PORTUGUÊS DE HERÁLDICA — «Estatutos». H.P.H. Lisboa. 1931, p. 14, artigo 16.º: «... bandeira de púrpura tendo ao canto...».

# Armas e Troféus

REVISTA DE HISTÓRIA HERÁLDICA, GENEALOGIA E ARTE



1979

IV SÉRIE — TOMO I — JANEIRO/DEZEMBRO — N.º 1, 2 e 3

Fig. 4

mente administrado, pelo Conselho Director, coadjuvado pela Comissão de Redacção, a revista foi publicada, sem qualquer auxílio financeiro, com o mesmo número de páginas, todo o tomo V, de 1976, 3.<sup>a</sup> Série.

A própria publicação dá um reflexo que alguma coisa se estaria a passar, pois no seu número V (1), Jan.-Mar., traz umas «Palavras de Abertura», assim como que um pensamento do francês Maurras, que lança uma certa luz, se bem que ténue, sobre o assunto. Mas tal situação não se podia manter. E, era assunto vital para o Instituto, que a revista continuasse.

Foi então que o Administrador conseguiu o subsídio e, a partir do primeiro número de 1977, a revista voltou a ser subsidiada, regularmente, agora pela Secretaria de Estado da Cultura. A crise, pelo seu aspecto económico, estava ultrapassada. Mas, apesar de tudo, a revista não era publicada. Foram meses de espera, pressionando os membros, para que escrevessem um artigo.

A verdade era triste: as *Armas e Troféus* não se publicavam porque havia falta de artigos e ficava, em relação à sua regularidade, mais de meio ano em atraso (1976-1977). Passados tempos começa a surgir, novamente, uma grande abundância de artigos, que, no ano de 1978, já ultrapassavam as possibilidades dos três fascículos anuais. Resolveu-se passar a impressão da revista, para Lisboa e, foi nomeado novo Redactor<sup>37</sup>, iniciando-se a 4.<sup>a</sup> Série.

Numa tentativa de interpretação simplista, a instituição foi afectada psicologicamente, uma vez que não eram só problemas financeiros, pelos acontecimentos reflectidos, na sociedade em que estava inserida. E, contudo, o número de assinaturas sobe, sendo obrigado o Administrador a dar ordem para ser aumentado o número de exemplares impressos.

Deve-se juntar a este facto, um aspecto aparentemente contraditório que é a contagem dos membros do Instituto. Verifica-se que o aumento de sócios foi diminuto, se bem que tivesse havido mortes e pedidos de demissão. Em princípios de

---

<sup>37</sup> O sócio agregado João Alarcão de Carvalho Branco.



1978 apenas havia centro e trinta e quatro associados, assim distribuídos:

Sócios Eméritos — um  
Sócios Honorários — um  
Sócios Efectivos de Número — vinte e seis  
Sócios correspondentes — trinta e quatro  
Sócios correspondentes estrangeiros — vinte e cinco  
Sócios agregados — quarenta e sete.

A análise é sucinta demais para, só com estes dados, se poder fazer quaisquer extrapolações válidas; contudo os factos apontados são aqueles. Na sua orientação de projectar-se o I.P.H. no estrangeiro, a política continuava a ser a mesma: marcar a sua presença, participando.

No 13.º Congresso Internacional de Ciências Genealógicas e Heráldicas, decorrido em Londres, de 31 de Agosto a 7 de Setembro de 1976, o I.P.H., teve o seu representante, o Barão de São Roque, que apresentou uma comunicação sob o título, «The Twelve of England».,

Dentro do campo editorial, a preparação do *Anuário da Nobreza de Portugal* continuava a progredir, depois da fase de arranque, sempre lenta. Para esse efeito têm-se designado anualmente, desde 1977, as respectivas Sub-Comissões<sup>38</sup>. E, mais uma vez se notou dinamismo dos sócios agregados, ou daqueles que, há pouco tempo, passaram a sócios correspondentes terem ocupado a maior parte dos lugares nas duas Sub-Comissões que se sucederam, vem demonstrar o acerto das medidas tomadas

---

<sup>38</sup> INSTITUTO PORTUGUÊS DE HERÁLDICA — «Estatutos e Regulamento». I.P.H. Lisboa. 1974, p. 20, artigo 16.º

1.ª Sub-Comissão: Dr. Pedro Sameiro, Dr. José Krohn da Silva, Dr. António Vasconcelos Carvalho Simão, João Diogo de Meneses e Alarcão de Carvalho Branco, Eng.º António Luís Cansado de Carvalho Matos e Silva, Dr. Miguel Horta e Costa, Francisco Luís Saraiva de Vasconcelos Sequeiros, Arq. Jorge Sebastião Matos de Brito e Abreu, Francisco de Sousa Pereira do Lago Cruz e Luís de Bivar Guerra.

2.ª Sub-Comissão: Manuel de Melo Correia, Eng.º António Luís Cansado de Carvalho Matos e Silva e Dr. António da Costa d'Albuquerque de Sousa Lara.

Esta Sub-Comissão viria a ser, posteriormente, reeleita todos os anos.

em possibilitar-se a todos, quaisquer que sejam as suas idades e o grau dos seus conhecimentos, de poderem ingressar e participar no Instituto Português de Heráldica.

Por outro lado, as sessões mensais desenrolam-se mais com um aspecto didáctico.

As referidas sessões passaram a ter uma ou duas comunicações. E, para além deste pormenor a possibilidade de se fazerem contactos pessoais entre todos os sócios permitiu uma permanente troca de informações entre todos, e, principalmente, com vantagem para os novos membros, na instituição.

Este aspecto que o I.P.H. tomou e tanto desenvolveu, principalmente a partir de 1974, mostra bem a noção de que as ciências, sejam elas quais forem, são para estarem ao alcance de todos, muito em especial dos interessados.

Finalmente, na primeira sessão do ano académico de 1978-1979 foi lançada a proposta, pelo Barão de São Roque, para se festejar, condignamente, o meio século de existência do Instituto Português de Heráldica, em especial as datas de 1 de Julho de 1979 (fundação do I.P.H.), e de 6 de Junho de 1980 (oficialização do I.P.H.).

Para esse efeito foi nomeada uma Comissão<sup>39</sup>, para o específico fim de preparar o referido acontecimento cultural, na sessão extraordinária do dia 21 de Outubro de 1978, que foi também a abertura dos trabalhos daquele ano académico.

---

<sup>39</sup> A Comissão nomeada para as comemorações do 50.º aniversário do I.P.H. foi constituída pelos seguintes sócios: Dr. António Pedro de Sá Alves Sameiro, Dr. D. Luís Manuel da Costa Macedo e o Dr. José Krohn da Silva. Posteriormente foi-lhe acrescentado mais um membro, o Marquês de Abrantes.



Fig. 5

Apresentaram uma proposta de programa das comemorações em que se destacavam as seguintes alíneas:

- Mandar fazer uma medalha comemorativa do 50.º aniversário do I.P.H.;
- Organizar a primeira exposição de Heráldica em Portugal;
- Publicar obras inéditas ou esgotadas sobre heráldica e genealogia;
- etc.

E, a primeira realização foi proposta, aceite por aclamação, de se eleger na sessão de 18 de Novembro de 1978, como Presidente Honorário, o Marquês de São Paio, mas continuando em exercício como Presidente do Conselho Director do I.P.H.

*Barão de São Roque*